

UMA TECNOLOGIA SOCIAL PARA O EXERCÍCIO PLENO DA CIDADANIA¹

João Rocha Sobrinho²

1. APRESENTAÇÃO

A Bahia ocupa o 6º PIB nacional, mas impõe o 21º lugar em qualidade de vida, e o Brasil, ostentando 7º PIB mundial, impõe o 74º IDH e 88º lugar em nível educacional no mundo para os 2/3 da população mais pobre, o que a impede de exercitar plenamente a sua Cidadania. Por tal razão, urge discutir com as lideranças dos movimentos sociais e comunitárias os principais problemas em cada local de moradia e de trabalho, amadurecer coletivamente as soluções e providenciar recursos para implementá-las. Em 511 anos de História de formação da sociedade brasileira ainda predomina uma herança patrimonialista, escravista, coronelista, populista, clientelista, fisiologista, assistencialista e paternalista iniciada desde o Brasil Colônia administrando um bem público como se privado fosse da minoria rica.

Para superar essa realidade, julgamos oportuna a apropriação de uma **Tecnologia Social** que não se restrinja ao viés tecnicista e vise apenas questões quantitativas e a geração de bens materiais e serviços. Mas que também priorize os problemas de natureza qualitativa, como o conhecimento e a prática relacionados ao vínculo grupal, ao exercício da Cidadania e ao Planejamento Estratégico Situacional (PES) para gerir os movimentos sociais, comunitários e os empreendimentos de cunho coletivo. Esses expedientes dificilmente desconstruirão os pressupostos ideológicos neoliberais, como o individualismo, a concorrência e a maximização do lucro hegemônico pela mídia burguesa nas últimas duas décadas sem tal aporte. E muito menos implementarão os pressupostos socialistas que priorizam o coletivo e a solidariedade.

Tal raciocínio leva-nos a propor a realização de oficinas que abordem a temática da **Articulação Coletiva e do Vínculo Grupal**; da **História da Construção da**

¹ Este artigo faz parte do livro Uma História do Exercício da Cidadania no Brasil.

² Educador da Universidade Popular em Feira de Santana – Ba.

Cidadania no Mundo e no Brasil e sobre a filosofia e a implementação do **PES**, o qual se configurará em ações práticas a fim de solucionar os problemas diagnosticados, selecionados e priorizados pelo coletivo elaborando um plano de gerenciamento. Esse processo viabilizará maior desenvolvimento da comunidade e promoverá, em última instância, uma mudança de atitude frente à realidade, ou seja, o **Protagonismo Social**, e com maior sinergia e maior produtividade.

Defendemos um projeto-piloto durante um ano. A realização das oficinas temáticas nos primeiros seis meses e um plano de intervenção social na comunidade, ou seja, a interação teoria/prática, ampliando a participação política tanto quantitativa quanto qualitativa, no tocante a intervenção social no acompanhamento e na fiscalização dos conselhos constitucionais, como: Conselhos Municipais de Saúde; Meio Ambiente; Geração de Trabalho, Emprego e Renda; Educação; Idoso; e outros e, ainda, do Legislativo e do Executivo Municipal. Certamente que qualquer mandato democrático popular ganhará muito com um projeto desta magnitude.

2- HISTÓRIA DA CIDADANIA NO BRASIL

A herança de uma estrutura patrimonialista, escravista, coronelista, populista, clientelista, fisiologista, assistencialista e paternalista permitiu às elites luso-brasileiras administrar a “coisa pública” deste País, como se privado fosse da minoria rica. Para superar os grandes malefícios da confusão no uso dos bens públicos em prol do privado, urge implementar um novo projeto Ético-Político. Conforme Faoro (1979) e Wehling e Wehling (1994), a formação do Estado patrimonialista desde o período do Brasil Colônia vem contribuindo para apartar a maioria da população do exercício dos Direitos Cívicos, Políticos e Sociais. Um governo oriundo dos Movimentos Sociais, se agisse de forma republicana, reduziria a violência institucional e a discriminação social que impede 2/3 da população exercer plenamente a sua cidadania.

Durante duas décadas, a experiência na realização das oficinas de História do Exercício da Cidadania no Mundo e no Brasil que monitoramos com integrantes de vários movimentos sociais, acadêmicos e religiosos sobre a restrição dos Direitos Cívicos, Políticos, Sociais e o de solidariedade foi fundamental para sistematizar e investir na proposta que aqui apresentamos. Permitiram compreender como as elites brasileiras

implementaram cinco marcos históricos produzindo uma “**antiparticipação social**” que denominamos: **Cidadania Negada (1549-1888); Cerceada (1889-1930); Tutelada (1930-1964; Reprimida (1964-1985) e a Exercitada após 1986** conforme (ROCHA SOBRINHO, 2010). O resgate, coletivamente, desse processo, estimulará a luta pelo cumprimento da Lei Orgânica do Município, da Constituição Estadual e da Federal e a realização do OP e de uma Reforma Tributária e Fiscal Progressiva (RTFP) visando ampliar o exercício da cidadania no Brasil.

As elites brasileiras, ao contrário das europeias pressionadas pela Revolução Francesa, nunca foram obrigadas a se preocuparem com um projeto de desenvolvimento econômico e social que incluísse a classe-que-vive-do-trabalho. Um governo democrático popular deve criar mecanismos para ampliar a participação social, combater a exclusão e propiciar o acesso aos avanços tecnológicos alcançados. Não cometer o mesmo erro dos governos autoritários que foram condescendentes com empresas poluidoras que usufruíram dos incentivos fiscais, lucraram muito e depois foram embora deixando apenas a degradação ambiental e os doentes ocupacionais, como no caso da contaminação por chumbo em Santo Amaro da Purificação e outros.

A “**década perdida**” (1980) defendida pelas elites e cientistas sociais conservadores foi para a classe-que-vive-do-trabalho a mais vitoriosa na História da formação social brasileira, em que os Movimentos Sociais investiram em um Projeto Ético-Político que privilegiava o coletivo e a solidariedade. Após o vendaval neoliberal da década de 1990, teve lugar a fragmentação e a atomização de tais movimentos, estimulando o individualismo, a concorrência e a maximização dos interesses corporativos e individuais. Este fato contribuiu para precarizar as organizações comunitárias e torná-las instrumentos do clientelismo, fisiologismo político e do assistencialismo. Processo iniciado com o fracassado Plano Cruzado e o Programa do Vale Leite do governo Sarney, quando se ampliou a crise econômica e proliferaram as associações clientelistas.

Durante a Ditadura Militar, os Movimentos Sociais e comunitários contaram o apoio, solidariedade e grandes somas de recursos econômicos das ONGs europeias, para contraporem-se à repressão política. Iniciada a democratização da sociedade brasileira, esses recursos foram reduzidos para ajudar outros povos com maior nível de carências na África, Ásia e na América Latina. Enquanto isso, o Estado e a classe média brasileira

não desenvolveram o princípio cooperativo do povo europeu e norte-americano para investir em trabalho de cunho comunitário. Hoje, em torno de 40% das ONGs, europeias e dos EUA sobrevivem com contribuições de pessoas físicas e não de fundos privados ou estatais que inibem a autonomia pedagógica. No Brasil, urge abater esse tipo de doação no Imposto de Renda Pessoa Física para facilitar a contribuição.

A secular dívida social brasileira impõe a cerca de 1/3 da população, e mais ainda, à baiana, viver completamente excluída do mercado formal de trabalho e de consumo, tendo apenas cerca de 1/3 incluída, e o último 1/3 semi-incluída de forma precária, quando o PIB cresce um pouco, e excluída quando decresce como ocorreu em 2008/2009. Esta proposta contribuirá para amenizar o peso dessa dívida, buscando incluir parte da juventude, da família, do movimento social, religioso, estudantil assim como a Classe Política e a Mídia para discutir meios para humanizar mais as condições e a qualidade de vida em Feira de Santana, na Bahia e no Brasil.

Ao analisar a gênese da exclusão social e da pobreza política no Brasil desde o período colonial até hoje e meios para superá-las, (ROCHA SOBRINHO, 2010) mostrou como a classe-que-vive-do-trabalho na Bahia ainda sofre os reflexos dos 339 anos de relações escravistas de produção, impedindo que 2/3 dela exercite plenamente a Cidadania. Pois está excluída do mercado formal de trabalho, não tem uma moradia digna e com renda muito próxima da linha de pobreza. Assim, bastou um ínfimo valor dos Programas Bolsa Família, Luz e Água para Todos para retirar cerca de 50 milhões que viviam abaixo da linha de pobreza. A herança escravista e patrimonialista dificulta maior participação social nos Conselhos Institucionais, nas Instituições Educacionais e Religiosas para reivindicar, dos Gestores Públicos, a realização do OP e a criação do Fórum para discutir uma RTFP. Se implementados em poucas décadas, ampliar-se-á o processo de inclusão social, o exercício da cidadania e, o Brasil tornará, de fato, uma potência.

Atualmente, pouquíssimos municípios realizam o Orçamento Participativo (OP) que, segundo (ROCHA SOBRINHO, 2006), se bem aplicado, é um excelente instrumento pedagógico de cidadania. Será uma consequência do descenso dos Movimentos Sociais após meados dos anos 90? Há, em geral, um desconhecimento da Lei Orgânica do município, da Constituição Estadual e Federal, nesta última, o Art. 6º garante como Direitos Sociais: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência,

proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, que é um dever do Estado bancá-los, mas não cumpre, e a maioria não reclama.

O Capítulo da Seguridade Social conquistado na Carta Magna de 1988 garantiu os Conselhos Institucionais que podem desenvolver um “amplo controle social” do Poder Legislativo, do Executivo, ainda faltando exigir o mesmo sobre o Poder Judiciário e a Mídia. Apesar do Presidente da Câmara dos deputados, Ulisses Guimarães, batizá-la de “Constituição Cidadã”, foi acusada pelo substituto de Tancredo Neves, em 1985, Presidente José Sarney, de que tornaria o Brasil um País ingovernável. Todavia, mesmo trazendo uma nova institucionalidade, faltou vontade política dos governantes e força dos Movimentos Sociais para praticá-la de fato.

Se cada conselheiro (a) de saúde conhecesse bem os seus direitos e deveres e informasse corretamente os (as) usuários (as), impediria que políticos inescrupulosos trocassem “bilhetinhos” para o acesso aos exames de alta complexidade por votos, como dádiva sua, e não como um **“direito do cidadão e dever do Estado”**. Quem desconhece os direitos garantidos em lei, além de não exercer plenamente a Cidadania, ainda acaba presa fácil do político clientelista e da politicagem. Ao pensar a Política com P maiúsculo, esta visa alcançar o “bem viver coletivo”, mas, se o fim da Política se reduz à conquista ou manutenção do poder, não importando os meios, mas apenas o fim, a Política torna-se apenas um benefício dos mais privilegiados.

Esta proposta visa conscientizar, politizar e mobilizar o 1/3 da população excluída, o 1/3 da semi-incluída para lutar a fim de exercer plenamente a Cidadania e sensibilizar o 1/3 de incluídos para consumirem menos produtos supérfluos, a fim de permitir que os demais satisfaçam, pelo menos, as suas necessidades básicas. Hoje, os 20% da população mais rica consomem 80% de toda a energia gerada e concentram a riqueza produzida pela classe-que-vive-do-trabalho no mundo. Será uma tarefa hercúlea e indispensável em prol da Cidadania plena, mas, sem ela, não haverá liberdade para alguém circular sem risco de ser molestado por um excluído faminto.

Também contribuirá para suprir os limites políticos da democracia liberal e a histórica carência no setor educacional formal e não formal, visando uma formação cidadã. Pois, a atávica herança patrimonialista, escravista e autoritária dificultou uma formação política que propiciasse um cidadão participativo. Certamente, tal mentalidade não será desconstruída imediatamente, mas a efetivação desta proposta contribuirá para

que novos sujeitos sociais atuem no sentido de transformar a atual realidade e implementar um ato político que vise a libertação e à emancipação dessa herança atávica. Esse processo conscientizará a população de que não se pode usufruir de direitos sem o respectivo cumprimento dos deveres para com o Estado e a Sociedade Civil.

Os governantes que chegaram ao Poder graças ao Capital Social e Político conquistado pelo engajamento com os Movimentos Sociais têm o dever de cumprir os ditames republicanos e estimularem o exercício pleno da Cidadania, como sugere (COELHO 2007, p. 87 e 88):

“[...] a visão neo-institucionalista de Evans atribui ao Estado um papel fundamental: o de potencial indutor do capital social, sendo ao Estado estabelecer uma ligação entre os movimentos sociais e as instituições de governo em busca da eficiência das políticas públicas. Nesse sentido, a ação estatal seria mais propositiva e menos regulatória. Em suma, na visão do autor é possível haver uma sinergia entre Estado e sociedade a partir de uma ação estatal que vise à reforma das instituições e à implementação de um conjunto de ações que resultem em mais capital social para a sociedade, criando um círculo virtuoso de mudança institucional.

A formação das lideranças comunitárias ampliará o capital social e político, o usufruto das prerrogativas garantidas constitucionalmente, a cobrança dos governantes, dos legisladores e dos (as) Conselheiros (as) institucionais para que cumpram os deveres para os quais foram eleitos (as). Ainda será um aporte para que essas lideranças em conjunto com a Sociedade Civil produzam coletivamente as políticas públicas de bem-estar para os munícipes e investimento em um trabalho de capacitação de novos sujeitos sociais oriundos da classe-que-vive-do-trabalho.

A doutrina liberal predominante na ordem social e política sempre defendeu a neutralidade da educação, mas seus intelectuais orgânicos impuseram, à Sociedade Civil, um projeto político- pedagógico reprodutor dos seus valores ideológicos, como se fosse um consenso natural. A aplicação dessa Tecnologia Social poderá desconstruir esse legado instrumentalizando os passos táticos e estratégicos necessários para uma educação libertadora e emancipadora. Assim, as lideranças comunitárias formarão os multiplicadores para monitorar as futuras oficinas. Sem acesso aos Direitos Civis,

Políticos, Sociais e Econômicos da Carta Magna de 1988 e aos avanços tecnológicos atuais, não existem Direitos Humanos e, menos ainda, exercício pleno da Cidadania.

O povo baiano reeleger, ininterruptamente, o grupo político de ACM, durante 16 anos, com o *slogan*: “A Bahia está no caminho certo” e era a “Bahia que o povo quer”. Seria esse povo tão masoquista que gostava de sofrer? Não se trata de uma resposta simplista, mas, fruto de 339 anos de uma cultura escravista e autoritária que introjetou no imaginário popular: **“manda quem pode e obedece quem tem juízo”** (por mais absurda que fosse uma ordem, o escravo tinha que aceitá-la ou ser açoitado no tronco até a morte) e que **“futebol, religião e política não se discute”**, impedindo a participação popular e possibilitando a que as elites monopolizassem as decisões políticas.

Propomos superar os limites de duas correntes de pensamento, tanto a de formação de cunho liberal quanto a marxista mais ortodoxa. A primeira se fundamenta numa visão de mundo baseada no indivíduo e separa, de forma estanque, a esfera econômica da política como se isso fosse possível, impondo uma gestão baseada na razão instrumental, que prioriza alcançar eficácia e eficiência para maximizar o lucro, enquanto o ser humano não passa de uma mera peça de reposição a serviço do “sistema capitalista”, com a sua subjetividade totalmente reprimida.

A segunda sempre buscou catalisar todas as energias do (a) militante em prol da causa revolucionária e fundamentada no coletivo, mas tudo que tinha caráter subjetivo era estigmatizado como “individualismo burguês” e antirrevolucionário. Ao superestimar as questões estruturais em detrimento da subjetividade, dificultou muito uma interação entre as lideranças revolucionárias e as comunidades, até mesmo por considerá-las muito alienadas e anti-revolucionárias. A Queda do Muro de Berlim pôs a Revolução Socialista fora da ordem do dia e inexistiu vácuo de poder, os valores ideológicos liberais se tornaram mais hegemônicos.

Propomos uma construção coletiva do conhecimento, baseada na vivência, na experiência e saberes do grupo e as suas prioridades. Objetivamos a constituição de uma formação de formadores, para que os sujeitos sociais construam os seus conceitos e compreendam os papéis do Estado, da Sociedade Civil, dos Movimentos Sociais, e das questões sobre Poder, Política e Ideologia. O ponto de partida consistirá na elaboração coletiva dos conceitos, seguida de uma discussão teórica. Posteriormente, será

implementado um plano de intervenção social nas comunidades formando novas lideranças locais e fazendo a interação teoria/prática. O curso compreenderá três oficinas temáticas, sendo uma por bimestre, desenvolvendo um aprendizado teórico e prático. Além disso, deverá ocorrer um monitoramento com encontros mensais ou, no mínimo, trimestrais conforme a disponibilidade de recursos, para suporte e orientação dessas ações, para avaliação de resultados e/ou (re)-planejamento das ações/operações quando necessário.

A pretensão é que, ao final de um ano, que os participantes sejam capazes de conduzir a construção coletiva de planos de ação, como também gerenciar a sua operacionalização, através do desenvolvimento das seguintes competências: relacional; intervenção social para reivindicar direitos e cumprir os deveres; articulação coletiva e aplicação da metodologia do PES para o plano de ação na comunidade de origem visando o exercício pleno da Cidadania. Em síntese, que se tenham desenvolvido habilidades e competências para o exercício do protagonismo social, negociação coletiva, gerenciamento do plano de trabalho e a cobrança para a correta aplicação dos recursos públicos, satisfação dos usuários e uma militância cidadã e mais prazerosa.

As oficinas devem ter, no máximo, 30 participantes que atuarão junto à população de cada comunidade para discutir e eleger, coletivamente, as suas prioridades, acompanhar, fiscalizar o uso dos recursos públicos e lutar por melhor qualidade de vida. A seguir, explicitaremos o referencial teórico que diz respeito às três etapas iniciais que nortearão o projeto.

Temos o objetivo de desenvolver estratégias de articulação coletiva a partir da compreensão do que é um grupo, como se constitui e como viver bem em grupo respeitando as diferenças, mas garantindo unidade na hora da ação. Pois, é imprescindível desmistificar pensamento neoliberal como a única via para a resolução dos atuais problemas sociais, em detrimento de uma ação coletiva, solidária e que busque maximizar os interesses coletivos e não só os particulares.

Como referência, na Bahia, indicamos o Núcleo de Psicologia Social da Bahia, parceiro na formação de agentes sociais de mudança, o qual realizou trabalhos em diversos tipos de organizações (educacionais, sociais, artísticas) e em comunidades, obtendo relevantes resultados em termos de mudança comportamental de lideranças e pessoas que pretendem assumir tal papel. Além disso, o Núcleo dispõe de uma escola

interna, que forma agentes sociais de mudança, a partir do referencial da Psicologia Social conforme (PICHON RIVIÈRE, 1998) e trabalha com o materialismo histórico dialético. Na primeira etapa será realizado a oficina de **Articulação Coletiva e vínculo grupal**, formando 30 lideranças no primeiro bimestre, em dois módulos. O primeiro tem como objetivo o aprendizado dos princípios de articulação coletiva e o segundo, as técnicas de facilitação do processo grupal, com carga horária de 32 horas.

Na segunda etapa, no primeiro módulo, será construído coletivamente, pelo grupo, o conceito de **Cidadania**, os obstáculos históricos ao seu exercício e as conquistas sociais no Brasil e no mundo. No segundo módulo, será discutido o que fazer, na prática, para conquistar o exercício pleno da Cidadania no Brasil, atualmente. Esse momento, previsto para o 2º bimestre e terá, também, a duração de 32 horas.

Concordamos com a defesa do alemão Rudolf Virchow, na primeira metade do século XIX, que uma cidade saudável somente será conquistada se as condições de trabalho, moradia, alimentação, saúde, educação e lazer forem saudáveis. Urge desconstruir a imagem que a Rede Globo divulga, que uma pessoa destituída de registro de nascimento ou de um documento de identidade, ao recebê-lo, afirma enganosamente “Isto é cidadania”! Um indivíduo sem acesso a todas as suas necessidades básicas e sem participação política não exercita plenamente a sua Cidadania. Em desacordo com a Rede Globo concordamos com (GADOTTI 2000, p. 290) em termos de:

[...] exigências de uma *cidadania plena*: *cidadania política*: direito de participação numa comunidade política; *cidadania social*: que compreende a justiça como exigência ética da sociedade do bem viver; *cidadania econômica*: participação na gestão e nos lucros da empresa, transformação produtiva com equidade; *cidadania civil*: afirmação de valores cívicos como liberdade, igualdade, respeito ativo, solidariedade, diálogo; *cidadania intercultural*: afirmação da interculturalidade como projeto ético e político frente ao etnocentrismo.

Uma comunidade que ainda não conquistou todos os direitos sociais e econômicos dificilmente produzirá uma Cidade Saudável no Século 21, que use o lixo orgânico e inorgânico, os materiais recicláveis, abdique do uso abusivo da água e possa preservar a nossa fauna e a nossa flora. Sob tal aspecto, o grupo poderá realizar oficina sobre materiais recicláveis e explorar as datas ambientais (semana do meio ambiente, dia da árvore, etc.), com atividades práticas (visitas às obras que impactem o meio

ambiente e plantio de árvores, etc.). Poderá desenvolver atividades relacionadas à geração de trabalho, emprego e renda nas comunidades. Isto é Cidadania.

Concordamos com (DEMO 2007, p. 41) que a participação é “a alma da educação, compreendida como processo de desdobramento criativo do sujeito social. Porque educar de verdade é modificar o novo mestre, não repetir discípulos”. Ainda ressaltamos, conforme (Demo, 2007) que “quem não sabe pensar, acredita no que pensa, mas quem sabe pensar, questiona o que pensa”. Assim, devemos convencer o 1/3 de incluídos que nunca será plenamente livre para circular na cidade enquanto o 1/3 de excluídos, no mínimo, não for livre para morar, se alimentar, se educar, se transportar e, no mais, usufruir de todos os Direitos Sociais. Todavia, Direito nunca caiu do céu e nem prestou quando foi adquirido dadivosamente, deve ser conquistado com luta.

Na terceira etapa terá lugar o **Planejamento Estratégico Situacional (PES)** com o objetivo de apreender os conceitos básicos da filosofia e da prática do PES. O primeiro módulo visa a sensibilização e compreensão pelo grupo das técnicas do PES. No segundo, com base nos problemas que dificultavam o exercício da **Cidadania na oficina anterior**, e nas demandas sociais levantadas pelo grupo debaterá coletivamente os planos de ação, para solucioná-los. Também o grupo discutirá a eficácia/eficiência, a viabilidade, a vulnerabilidade de cada “Ação e Operação”, e como desenvolver uma correlação de forças, ou seja, como ter Poder para implementar o processo. Em seguida, elaborará o gerenciamento do plano de trabalho para alcançar os resultados desejados, o prazo e os responsáveis pelas ações e operações para atingir as metas desejadas. Com a carga horária similar à do anterior, esse momento se efetivará no 3º bimestre.

Historicamente, a maioria das lideranças dos Movimentos Sociais brasileiros não desenvolveu a filosofia e a cultura do PES, ao contrário do empresariado, que sempre planejou para curto, médio e longo prazo. As lideranças sindicais e comunitárias geralmente correram “atrás do prejuízo”, tentando conquistar o que nunca tiveram acesso ou para recuperar o que perderam. E raramente reivindicaram um processo de desenvolvimento econômico e social abrangente. Enquanto na Alemanha um cidadão planeja qualquer atividade com muita antecedência, no Brasil o costume é deixar tudo para a última hora. Desde a declaração do IRPF, a matrícula, os trabalhos da escola, enquanto puder, vão sendo adiados. Em viagem de férias, descobre-se que não se tem uma chave de roda ou que o estepe está vazio, quando fura um pneu na estrada.

No auge da crise do capitalismo no Brasil no início da década de 1990, a abertura da economia ao processo de globalização imposto pelas políticas neoliberais, com um processo de reestruturação produtiva selvagem que desestruturou não somente o Movimento Sindical, mas também, os Movimentos Sociais, começou a desenvolver-se o PES conforme (MATUS, 1993) idealizou. Ou seja, como pensar previamente uma ação? O que poderia e como reivindicar? Como analisar a viabilidade de uma ação e as possíveis vulnerabilidades do movimento, diante da correlação de forças com o Estado e o empresariado repressor? Iniciou o PES com a elaboração de um diagnóstico da realidade instituída (Verdade); definiu as metas a alcançar, ou seja, a situação a ser instituída (Desejo) e em seguida, analisou quem era aliado, oponente e os indiferentes calculando os meios para concretizar o plano de ação (Poder). Elaborou um plano de gerenciamento para o curto, médio e longo prazo. O PES tornou-se uma ferramenta importante para os sujeitos sociais, Movimentos Sociais e Comunitários alcançar os seus objetivos.

Concordamos com (DEMO 2007, p. 104), ao afirmar que a: “Estratégia” [...] articulação de esforços e recursos em torno de desafios assumidos como cruciais. [...] diagnóstico profundo da situação vigente, suas potencialidades e seus constrangimentos, perfis históricos culturais, para se poder lançar proposta de caminho viável. [...] São, [...] estratégias de desenvolvimento [...]”.

O PES facilitou as lideranças sindicais e comunitárias aumentarem a eficácia, a eficiência e a efetividade social das suas ações, ampliar o exercício da cidadania, fiscalizar e ajudar o Executivo governar melhor, beneficiando não somente o Estado, mas toda a Sociedade Civil com a otimização dos recursos públicos e melhor qualidade de vida. Esse processo estimulou o Protagonismo Social, cuja implementação, processou-se, na primeira fase, com a realização das oficinas e, na segunda com a intervenção social pondo em prática a teoria abordada nas oficinas.

A presente proposta contribuirá para conscientizar a população de que a responsabilidade pela resolução dos problemas comunitários não é só do Prefeito, do Governador, do Presidente da República, mas deve ser, também uma tarefa de todos os cidadãos e cidadãs. Estimulará a participação comunitária a elaborar políticas públicas visando maior inclusão social e a garantia de que os recursos públicos sejam corretamente empregados. Também contribuirá para se desvencilhar da “lei de Gerson”

e do “jeitinho brasileiro” e de querer “levar vantagem em tudo em detrimento do outro”. Não se pode usufruir de direitos sem cumprir os deveres.

No quarto momento, ocorrerá o **Monitoramento e a avaliação de resultados** com o acompanhamento do Plano de Ação realizado pelos (as) educadores (as) responsáveis pelas oficinas de Vínculo Grupal, História da Cidadania e de Planejamento Estratégico, por meio de encontros mensais ou até trimestrais a fim de reforçar o processo de articulação coletiva e obtenção de resultados, totalizando 32 horas. Uma avaliação terá como foco os “deveres de casa” e os planos de ação realizados nas comunidades e, como base, os indicadores especificados no Plano, visando auxiliar no (re) planejamento das atividades e/ou na elaboração de planos de contingência quando necessário. A equipe responsável contará com um monitor (a) e um (a) educador (a) responsável pela sistematização do produto final.

As políticas compensatórias implementadas pelo governo Federal, estaduais e municipais, mesmo com todo o aparato midiático utilizado, ainda não atingiram todos. A proposta aqui exposta estimulará as lideranças reivindicarem políticas públicas universais que substituam as compensatórias, facilitando a luta pelo exercício pleno da Cidadania para quem vive neste País. Pois os Países Centrais impuseram a globalização econômica e financeira generalizada, mas nacionalizaram a Cidadania fechando as portas aos povos do Terceiro Mundo, como as cercas eletrificadas entre as fronteiras dos EUA e do México.

Ao resgatar a história da Cidadania no mundo e no Brasil, contribuiremos não somente para a capacitação de agentes sociais de mudança, mas, também, para viabilizar o cumprimento da Lei Orgânica do Município, da Constituição Estadual e Federal, da Declaração Internacional dos Direitos Humanos, o que ampliará o exercício da Cidadania. Por fim, o projeto transformará o aprendizado em planos de ação para serem executados pelas lideranças comunitárias.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Movimentos Sociais estão carentes de um forte Poder Simbólico como foi a Revolução Comunista e o Internacionalismo Proletário que estimularam a luta pelo socialismo no mundo quase todo até a década de 1980, e que foi comprometido pelo autoritarismo praticado na Rússia e na China, dificultando o que seria o Amadurecimento da Cidadania conforme (ROCHA SOBRINHO, 2010). O grupo engajado nesta proposta poderá resgatar a mítica “pedagogia do Davi bíblico contra Golias” e lutar para formar um Fórum em cada um dos 5564 municípios, a fim de discutir a urgência de uma RTFP e implementar o OP, como os caminhos mais curtos para conquistar a inclusão social e o exercício pleno da Cidadania no Brasil.

Atualmente, várias lideranças comunitárias e intelectuais orgânicos dos Movimentos Sociais têm dupla jornada de trabalho a serviço do Estado sem nenhuma remuneração, ou seja, “no popular 0800”. Contudo, como poderão discutir qualidade de vida e uma “Cidade Saudável” se não têm condições dignas de sobrevivência? O Estado brasileiro é legalmente “Republicano”, mas, na prática, está distante dessa condição. Ao discutir os problemas, aprovar soluções e encaminhar aos Poderes Legislativos e Executivos, eleger as delegações para os Conselhos e as Conferências estão trabalhando em prol da Sociedade Civil e do Estado. Enquanto os representantes governamentais, sindicais e empresariais são bancados por suas respectivas entidades, os demais sequer recebem o valor gasto no transporte, e deveria prevalecer uma isonomia. Surge, portanto, a necessidade dos (as) Conselheiros (as) reivindicarem dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que um governo republicano (do povo, pelo povo e para o povo) deveria praticar a mistoforia instituída por Péricles, conforme Mossé (S/D, p. 65) que tinha como: “objetivo impedir que alguém deixasse de se poder consagrar ao serviço do Estado durante o ano inteiro” por falta de recursos financeiros. Um mecanismo de indenização pecuniária para facilitar participação dos mais pobres nas prolongadas assembleias na Ágora grega.

E ainda existem os (as) indicados (as) pelos (as) Executivos (as) e/ou Secretários (as) que usufruem da prerrogativa da Carta Magna de 1988, de presidirem as

suas respectivas pastas, ou seja, raposa vigiando galinhas, que desconhecem tanto as suas prerrogativas e, mais ainda, os seus deveres. Poucos Executivos municipais progressistas não temeram as “vozes roucas das ruas” e abdicaram dessa prerrogativa oriunda do “Centrão”, permitindo que usuário (a) do SUS fosse democraticamente eleito para presidir o Conselho Municipal de Saúde e outros, por exemplo.

Esta proposta, se implementada, estimulará o exercício da Democracia Direta para além da Representativa, que apresenta constantes desgastes, em face do mau uso dos mandatos e da falta de cobrança da Sociedade Civil. A maioria dos parlamentares não presta conta do mandato nem aos seus apoiadores e ficam cada vez mais presos aos empresários para financiar a campanha eleitoral. Que não fazem por filantropia, pois recuperam o que gastaram com os parlamentares defendendo os seus interesses no Congresso, em detrimento da classe-que-vive-do-trabalho. Por que a maioria dos candidatos só aparece na cidade à véspera da eleição? Acompanhar e fiscalizar as ações do mandato é uma forma de fazer política e exercer a Cidadania. Ainda ajudará a desconstruir o patrimonialismo, a desnaturalização da pobreza e um processo de empoderamento da Sociedade Civil, combatendo as enormes desigualdades sociais. Urge cobrar, do Executivo e do Senado Federal, uma melhor redistribuição da renda socialmente produzida, tão concentrada e centralizada hoje. Todavia, esse quadro somente será revertido com uma RTFP, que depende de uma correlação de força favorável à Sociedade Civil, já que não interessa à Classe Dominante.

Oxalá que a Cidadania deixe de ser uma palavra oca, artifício da retórica de políticos e propagandistas midiáticos e se torne, de fato, uma prática cotidiana de todos os cidadãos e cidadãs no Brasil, especialmente da classe-que-vive-do-trabalho historicamente espoliada.

4- **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- 1- BAREMBLITT, G.(org). Grupos, Teoria e Técnica. Rio de Janeiro. Graal. 1986.
- 2- CAMPOS, Gastão Wagner (org). Planejamento sem normas. Hucitec. São Paulo. 1994.
- 3- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. Civilização Brasileira. São Paulo. 2001.
- 4- CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados- Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo. Companhia das Letras. 1987.

- 5- COÊLHO, Denilson Bandeira. **Gestão municipal e arranjos participativos em Pernambuco: entre a racionalidade política e ajustes distributivos.** In AVRITZER, Leonardo (Org). **A participação social no Nordeste.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007. Pág. 85-108.
- 6- DEMO, P edro. *Política Social, Educação e Cidadania.* 10ª Edição. Campinas: Papiros Editora, 2007.
- 7- DEMO, P edro. *Participação e Conquista.* São Paulo. Cortez. 1996.
- 8- FERNADEZ, A. M. *El campo grupal- notas para uma genealogia.* Buenos Aires. Nueva Vision. 1998.
- 9- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* Rio de Janeiro. Fundo de Cultura. 1959.
- 10- GADOTTI, Moacir. *Educação para e pela Cidadania.* In RATTNER, Henrique (org). *Brasil no limiar do século XXI.* São Paulo: EDUSP, 2000.
- 11- GALLO, E. *Planejamento criativo.* Relume-Dumará. Rio de Janeiro. 1992.
- 12- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial.* São Paulo. Ática. 1987.
- 13- MENDES, Eugênio Vilaça. *Saúde, cidadania e políticas sociais neoliberais.* Belo Horizonte. Mimeo. 1991.
- 14- MATUS, Carlos. *Política, Planejamento e Governo.* IPEA. Brasília. 1993.
- 15- MOSSÉ, Claude. *As Instituições Gregas.* Lisboa. Edições 70 Ltda. S/D.
- 16- OLIVEIRA, Francisco. *Da Dádiva aos Direitos: A Dialética da Cidadania.* In RBCS, nº 25. ANPOCS. 1994.
- 17- PICHON RIVIÈRE, Enrique. *O Processo Grupal.* São Paulo. Martins Fontes 1988.
- 18- PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil.* São Paulo. Brasiliense. 1970. QUIROGA, Ana. *Enfoques e Perspectivas em Psicologia Social.* Buenos Aires. Ediciones Cinco. 1984.
- 19- QUIROGA, Ana. *Crítica da Vida Cotidiana.* Buenos Aires. Ediciones Cinco. 1989.
- 20- ROCHA SOBRINHO, João. *Uma História do Exercício da Cidadania no Brasil.* Salvador. Editor independente, 2010.
- 21- ROCHA SOBRINHO, João. *Orçamento participativo em Alagoinhas – BA (2001-2005): um instrumento pedagógico de cidadania? Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)– Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia, 2006.*
- 22- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências, Falas, e Lutas dos Trabalhadores na Grande São Paulo 1970-80.* Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1988.
- 23- SANTOS, W. G. *Cidadania e políticas Sociais na ordem brasileira.* Rio de Janeiro. Campus. 1987.
- 24- SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania Sem Fronteiras: Ações Coletivas na Era da Globalização.* São Paulo. Hucitec. 1999.
- 25- TESTA, Mario. *Pensamento estratégico e a lógica da programação.* São Paulo. 1994.